



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

### SENTENÇA

Processo nº: **1017020-17.2016.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos**  
 Requerente: **João Donato Perez**  
 Requerido: **Fazenda Pública do Estado de São Paulo e outro**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

**JOÃO DONATO PEREZ** ingressou com ação de obrigação de fazer com pedido de tutela antecipada em face do **MUNICÍPIO DE ARARAQUARA** e do **ESTADO DE SÃO PAULO**, visando o fornecimento de medicamentos. Alegou ser portador de Edema Macular Diabético em olho direito (CID: 36), necessitando para seu tratamento, por recomendação médica, do medicamento Ozurdex / Dexametasona 0,7mg – implante intra-vítreo biodegradável de dexametasona (3 aplicações) – olho direito, não dispondo de condições financeiras para sua aquisição. Requereu a concessão da tutela antecipada e pleiteou a condenação dos réus a fornecerem-lhe, gratuitamente, o medicamento na quantidade recomendada.

Com a inicial (fls.01/07), vieram documentos (fls.08/17).

Concedido os benefícios da assistência judiciária (fl. 26).

Interposto Agravo de Instrumento pelo autor (fls. 42/56).

Citado, o Município de Araraquara, contestou a ação (fls. 57/63), alegando, em síntese, que o artigo 196 da CF, não deve ser interpretado isoladamente dos demais preceitos existentes, pois não se refere a situações individualizadas, mas sim à efetivação de políticas públicas que visem à população como um todo. Aduziu, que a pretensão em apreço visa usurpar princípios da isonomia. Requereu a improcedência da ação.

Citado, o Estado de São Paulo, contestou a ação (fls. 85/94), alegando preliminarmente, falta de interesse de agir, pois a autora sequer formulou pedido administrativo para o recebimento do medicamento em questão. Aduziu, que o Estado de São Paulo possui atendimento administrativo, por meio do qual analisa na seara administrativa a possibilidade de entrega de medicamento não padronizado pelo SUS. Requereu a improcedência da ação.

Réplica às fls. 109/116.

O feito foi saneado, fixando-se como ponto controvertido a necessidade de uso do medicamento descrito na inicial (fl. 117).

Juntado o laudo do IMESC às fls. 234/240.

**É o relatório.**

**Fundamento e Decido.**

É de responsabilidade de todos os entes públicos federados, União, Estados e Municípios o fornecimento gratuito de tratamento médico e cirúrgico aos cidadãos carentes de recursos financeiros, para a cura de doenças graves que lhes acometem, mediante prescrição



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**

médica.

Contudo, verifica-se ser necessária a existência de dois requisitos para a concessão de medicamentos, quais sejam, a imprescindibilidade do medicamento e a ausência de condições financeiras para obtê-lo. Esta é a única interpretação razoável da Lei n. 11.347/2006, pois é inconcebível e atenta até contra o princípio da moralidade que o Estado seja obrigado a fornecer gratuitamente remédios a quem tem capacidade financeira para adquiri-los, sob pena de falência total do sistema, por falta de recursos disponíveis. Realmente, o orçamento é finito, razão pela qual devem ser atendidas as pessoas que realmente não podem arcar com os custos dos medicamentos.

*In casu*, verifica-se que o laudo do IMESC apontou que existem outros medicamentos e tratamentos que podem servir para a patologia do autor e que são disponibilizados pelo SUS.

Nesta senda, não restou comprovada a imprescindibilidade do que foi solicitado, o que leva à improcedência da ação.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, condenando o autor ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios que fixo em R\$400,00 (quatrocentos reais) em favor de cada um dos requeridos, com fulcro no art. 85, § 3º, do CPC, ressalvada a justiça gratuita.

A tutela de urgência deve ser mantida, em razão do Agravo provido, até nova deliberação do C. Segundo Grau.

**P.I.C.**

Araraquara, 21 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**